



ENTREVISTA COM JOÃO FERES JÚNIOR

Março de 2008

Possui graduação em Ciências Sociais e mestrado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (1988 e 1997) e mestrado e doutorado em Ciência Política pela City University of New York (1998 e 2003). É professor de Ciência Política do IUPERJ e editor da revista Contributions to the History of Concepts. Trabalha atualmente com os seguintes temas: políticas de ação afirmativa, relações raciais, história dos conceitos, teoria do reconhecimento, teoria política e o conceito de América Latina.

REVISTA HABITUS: Hoje está claro que a trajetória biográfica dos autores, dentre outros fatores, influencia fortemente sua produção intelectual. Começamos sabendo um pouco mais sobre o João Feres Júnior enquanto pessoa, para além de professor e autor. Conte-nos um pouco sobre o início de sua vida acadêmica. Quais motivos o levaram a escolher a graduação em Ciências Sociais? Houve outros “divisores de águas” de natureza biográfica que influenciaram sua carreira? Quais motivos o levaram a fazer mestrado em Filosofia também na Unicamp e não simplesmente seguir em uma pós-graduação nas três disciplinas do campo das Ciências Sociais? Quais são os prós e contras de uma opção multidisciplinar como esta?

JOÃO FERES JÚNIOR: Antes de mais nada, quero agradecer a chance de poder falar sobre esse assunto, os liames entre biografia e carreira acadêmica, pois em nossa profissão raramente temos chance de fazê-lo. A não ser quando ficamos velhos e famosos, pois aí o acadêmico vira “intelectual”, mas esse privilégio é reservado para poucos. A minha trajetória foi marcada no início por uma das falhas mais hediondas do sistema de ensino brasileiro: o problema da falta de informação sobre as profissões universitárias. Somos obrigados a escolher com 17 anos de idade, no meu caso 16, a profissão de nossas vidas, e isso sem termos, na maioria das vezes qualquer informação sistemática sobre as diferentes atividades e profissões às quais nos encaminhamos. No máximo temos uma vaga idéia ou alguma informação via contato familiar. E só. Como eu era bom de vestibular, prestei os cursos mais difíceis: medicina e engenharia elétrica. Passei nos dois e escolhi engenharia elétrica, somente porque o curso era em uma boa universidade pública, a UNICAMP. Só depois de três anos fazendo engenharia, tive coragem de prestar o vestibular para ciências sociais, e um ano após ficar fazendo disciplinas dos dois cursos, me transferi de vez para as sociais, abandonando de vez as exatas. Os motivos para essa mudança foram vários. A engenharia era um curso muito “careta”, conservador mesmo. Na minha turma, de 1982, havia 68 homens e duas mulheres, e uma delas se chamava Imaculada Aparecida. Naquela época, meados da década de 1980, estávamos em pleno processo de democratização no país. A UNICAMP era um lugar muito interessante, gente de todo o Brasil e estrangeiros de vários países. Muitas idéias novas, projetos, aquilo era um caldeirão em constante ebulição. Meu envolvimento com política estudantil certamente foi decisivo – fui coordenador geral do DCE da UNICAMP –, mas a politização estava em todos os lugares, no ar que respirávamos, ainda que alguns *nerds* da engenharia se negassem a aceitá-la. No começo, a graduação em ciências sociais foi uma festa. Na engenharia tínhamos que estudar muito para passar, nas sociais não. Muitos professores eram extremamente liberais com a avaliação, alguns avacalhados mesmo. Era uma época de Foucault, Deleuze e Gattari, autores anti-sistema, além, obviamente, de marxismos de vários matizes. Comecei a me interessar pela antropologia, mas com o tempo, e com meu envolvimento com a política, mudei para a ciência política, mais especificamente teoria política. Mas ao final da graduação ainda não tinha muito claro qual caminho trilhar. Comecei a trabalhar como assistente de pesquisa de um professor de filosofia, João Quartim de Moraes, e somente dois anos depois de formado, entrei no mestrado de filosofia política. Sempre tive um fascínio pela erudição sobre todas as coisas, ou quase todas. Durante esse período fiz cursos de francês, inglês, grego, latim e alemão, todos na universidade. Também estudei música nesse período: quatro anos de guitarra. Harmonização, improviso, técnica, etc. Ao final da graduação adquiri independência financeira tocando na noite e dando aulas de música em conservatórios e química no secundário. Com tudo isso na minha cabeça, a filosofia me pareceu o lugar mais apropriado para continuar na vida acadêmica.

REVISTA HABITUS: Depois do mestrado você foi fazer doutorado na *City University of New York (CUNY)*. Lá, cursou mestrado. Isto era uma exigência ou foi uma opção sua? Caso seja uma exigência, ela é comum a todos os cursos nos EUA ou somente na CUNY. Como foram os anos fora do Brasil? Lá você foi orientado por Melvin Richter, um dos mais importantes expoentes da História das Idéias e dos Conceitos Políticos ainda vivo. Qual a importância desta interação e desta nova etapa em sua trajetória intelectual?

JOÃO FERES JÚNIOR: A história é mais complicada. Depois de terminar as disciplinas do mestrado, desinteressei-me um pouco pela academia. Comecei a trabalhar com produção musical e depois com produção gráfica e edição. Fiz isso por uns três ou quatro anos e até consegui juntar um bom dinheiro. Mas logo percebi que a vida no “mercado” não era para mim. Quase todas as relações são assimétricas: como dono do negócio, tinha que mandar nos funcionários e “agüentar” os clientes. Mas o que mais me incomodava era a falta de conversas inteligentes e coisas interessantes para aprender. Passava dias, semanas sem aprender quase nada. Por isso, decidi partir para a profissionalização total: PhD nos EUA. “*Business, no mas*”. Fiz o curso completo, que inclui mestrado e doutorado: sete anos no total, e isso convalidando dois semestres de disciplinas que cursei na SUNY Albany. No começo a adaptação foi meio dura, pois estudei por um ano na SUNY, universidade com a qual a UNICAMP tinha um programa de intercâmbio. Albany fica a 300 quilômetros ao norte de Nova York, onde eu morava. Eu tinha que viajar muito, para um lugar bem mais frio que Nova York, e o transporte terrestre coletivo americano não é lá muito bom. Fiquei quase oito anos fora. Foi uma experiência maravilhosa, sofrida às vezes, mas aprendi muito, inclusive sobre o Brasil. Joan Tronto foi minha orientadora e não Mel, pois formalmente ele não poderia sê-lo por já ser professor emérito naquela época. No entanto, ele atuou como se fosse, lia as coisas que eu escrevia, me dava conselhos, sugeria leituras, etc. Foi ele que me introduziu ao *History of Political and Social Concepts Group*, uma associação internacional de acadêmicos interessados em história dos conceitos, do qual sou membro até hoje. Continuo tendo um contato muito próximo com o Mel, ele me manda as coisas que escreve, sempre com um entusiasmo quase juvenil, o que é assombroso para uma pessoa que participou da Segunda Guerra Mundial. Ele serviu como membro da OSS – a agência de inteligência que precedeu a CIA – na China.

REVISTA HABITUS: O seu livro “A História do Conceito de *Latin America* nos Estados Unidos” ganhou o prêmio de melhor manuscrito de Ciências Política pela ANPOCS. Neste trabalho, você analisa a semântica histórica deste conceito para demonstrar como a representação que os norte-americanos têm de seus “vizinhos do sul” influencia sua política externa para a região. Em seu argumento, a noção de *raciocínio sinedóquico* ganha centralidade, mas a terminologia é pouco conhecida dos analistas brasileiros. No que consiste uma sinédoque? Quais as consequências políticas da articulação de um raciocínio deste tipo, tanto sobre a representação quanto sobre o reconhecimento das identidades coletivas?

JOÃO FERES JÚNIOR: Segundo o Houaiss, sinédoque é um “tipo especial de metonímia baseada na relação quantitativa entre o significado original da palavra e o conteúdo ou referente; os casos mais comuns são: parte pelo todo ..., gênero pela espécie ou vice-versa, singular pelo plural ou vice-versa...”. A expressão raciocínio sinedóquico é minha e ela foi cunhada para descrever uma característica muito comum ao elemento negativo de um par de contraconceitos assimétricos, sua tendência de generalização. Mas antes de explicar isso, tenho que dizer o que são contraconceitos assimétricos. São pares de conceitos políticos usados por grupos humanos para nomear a si mesmo e a outros grupos. O elemento positivo do par corresponde a identidade do grupo que nomeia, enquanto que o negativo representa o outro. Ou seja, o outro é descrito como tendo as qualidades do Eu coletivo ao avesso. Ele é o contrário, o oposto e uma imagem gloriosa do Eu. Alguns exemplos históricos bem conhecidos são grego/bárbaro e cristão/pagão. Minha “tese” nesse trabalho consiste em mostrar que *America* e *Latin America* constituem para a sociedade norte-americana um par de conceitos dessa natureza. Então, pois, o raciocínio sinedóquico se expressa no hábito muito comum entre os especialistas em Latin America, e também na cultura do país em geral, de se atribuir a fatos locais ou regionais a uma natureza eminentemente *Latin American*. Por exemplo, uma ação de Fidel Castro pode ser rapidamente interpretada como uma verdadeira expressão do espírito autoritário e paternalista latino; um golpe de estado na Bolívia torna-se facilmente uma expressão da instabilidade inerente às instituições políticas *Latin American*; uma guerra civil na Nicarágua é também uma manifestação da irracionalidade e violência típicas das sociedades *Latin American*, etc. Sempre generalizando o que há de mais negativo. É claro que esse hábito mental, esse vício cognitivo, leva-os a descontar tudo que é

positivo, inovador, bom, como epifenomênico, algo que não deveria estar lá, ou está por algum acidente do destino.

REVISTA HABITUS: Hoje, há uma clara reorientação da Política Externa Brasileira, que prioriza o conceito de América do Sul. Em momentos anteriores – sob influência do pensamento da CEPAL – o foco do discurso era a América Latina, incluindo o México e outros países da América Central como parceiros em projetos de superação do subdesenvolvimento. Como você avalia esta mudança? Qual é a relação entre os processos políticos-históricos e os conceitos que os expressam? Alguma das partes tem antecedência ontológica ou devemos pensar em elementos que se constituem mutuamente?

JOÃO FERES JÚNIOR: Um dos argumentos principais de meu trabalho sobre o conceito de América Latina é o de que esse conceito não se presta muito bem à ação, e, portanto, constitui mais uma poita, um peso, um entrave para a emancipação daqueles que o escolhem como identidade. Por quê? Porque *Latin America* é definida, em grande parte, simplesmente em oposição àquela porção do continente que se autodenomina simplesmente *America*. O adjetivo *Latin* é o signo dessa operação de oposição e ele nos remete a uma origem histórica essencializada da qual nunca podemos nos livrar (latino, ibérico, sentimental, irracional, católico, supersticioso, hierárquico, machista, etc.), quaisquer que sejam nossas escolhas e ações. Isso é verdade para o conceito de *Latin America*, ou seja, em inglês, mas também, em grande parte, para América Latina, seja em espanhol ou em português. Em relação à política externa, penso que, no atual sistema internacional, ela deva ser feita, do ponto de vista das diplomacias nacionais, em prol de interesses nacionais democráticos (alguns diriam republicanos), o que não exclui de maneira alguma a adesão a tratados internacionais de comércio, ambientais, de respeito aos direitos humanos, etc. E esses interesses nacionais democráticos são melhor atendidos por meio da adoção de uma postura pragmática. Não é sábio investirmos muito em uma solidariedade pan-latina, pois muitos dos países de fala espanhola estão muito histórica e geograficamente colados aos EUA para terem qualquer postura suficientemente independente. Por outro lado, sempre dou esse exemplo, se tivéssemos um país vizinho de fala servo-croata, acho que deveríamos ter a mesma postura de aproximação que temos com nossos *hermanos*. Em suma, estou de pleno acordo com a nova postura da política externa brasileira, enfatizando o conceito de América do Sul. É mais razoável e factível investirmos em acordos e negociações regionais com nossos vizinhos, pois elas são baseadas em interesses comuns de fato, e não em uma pretensa comunhão cultural que tem assento em nossa origem colonial. O conceito de América do Sul me parece destituído da carga semântica negativa carregada pela América Latina. A América do Sul pode ser qualquer coisa, tem um futuro aberto a sua frente, a América Latina tem que prestar contas, a cada passo, de séculos de rebaixamento e pejoração. Quanto à questão da relação entre processos históricos e semântica dos conceitos, entendo esses dois processos como mutuamente constituídos, ainda que a linguagem escrita, ou mesmo a linguagem, não capture a totalidade da experiência humana. Ou seja, os conceitos não dizem tudo.

REVISTA HABITUS: Embora os discursos norte-americanos sobre os *latin americans* e suas conseqüências sobre a política externa dos EUA sejam temas caros aos internacionalistas, você não faz uso de autores da disciplina de Relações Internacionais em seu texto. Esta foi uma opção consciente ou simplesmente não há trabalhos disponíveis operando esta articulação? Há alguns autores, entre eles Roxanne Lynn Doty, que chegam a conclusões muito similares às suas demonstrando, tal qual você, como certas dicotomias de caráter excludente (ou pares de conceitos assimétricos), quando aplicadas às identidades coletivas, servem para justificar práticas de poder e subordinação. Como você enxerga a possibilidade de diálogo entre a História dos Conceitos Políticos e a Teoria das Relações Internacionais?

JOÃO FERES JÚNIOR: Há duas maneiras de se fazer uma tese. A primeira é identificando falhas e imprecisões em um corpus de literatura acadêmica e a partir daí trabalhar seus próprios argumentos, o outro é encontrar um assunto que não foi tratado até o momento. O meu trabalho claramente se filia à segunda opção. Na época em que o escrevi não encontrei nada similar sobre a América Latina. Ademais, os trabalhos já existentes que tinham elementos em comum, como os de Mudimbe sobre a África, de Wolff sobre a Europa do Leste e, principalmente, o Orientalismo de Said, davam muita importância à literatura ficcional e não exploravam dados mais explícitos sobre a conexão entre discursos e ação. Esse pessoal de teoria literária e mesmo da antropologia são muito dados à alusão, como se um texto de, por exemplo, Conrad, pudesse capturar o espírito do colonialismo de seu tempo. Eu pretendi ir além, primeiro focando na pro-

dução de ciências sociais, e não em literatura ficcional, e depois mostrando as fortes ligações entre acadêmicos e seus discursos com a política externa americana na Guerra Fria. Outra coisa que precisa ser dita é que, devido ao tamanho gigantesco da produção acadêmica norte-americana, tive que fazer escolhas no que toca a localização disciplinar de meu trabalho e de seus interlocutores. Escolhi evitar os estudos pós-coloniais por serem muito ligados à coisa literária e também por exagerarem no jargão, o que torna o texto por vezes nada claro. Assim como Said, fui muito influenciado por Foucault, ainda que tenha evitado fazer muitas alusões à suas obras na tese. Primeiro porque acho que Foucault é um ótimo crítico e conselheiro, mas não apresenta uma proposta metodológica clara, e segundo porque ele não era um autor muito palatável para os cientistas políticos americanos. Meu trabalho já era iconoclástico demais e, portanto tinha que evitar mais “encrenca”. Também identifiquei um número crescente de especialistas em RI que adotavam uma abordagem construtivista, citando muito Foucault, etc. Mas o que li me pareceu, ainda que interessante do ponto de vista do dado empírico, muito superficial do ponto de vista analítico. O estilo de escrita acadêmica de importantes periódicos de RI americanos beira o risível. A idéia é citar o número maior de fontes possível. Então você encontra coisas assim: “como escreveu Kant, a paz perpétua...”, seguido de referências a todos os livros de Kant publicados em inglês. Contudo, as coisas não têm que ser feitas desse modo. Acho as RI um campo interessantíssimo para trabalhos como esses, e acompanho de perto seus desenvolvimentos.

REVISTA HABITUS: Qual é o papel do analista ao operar uma História dos Conceitos ou das Idéias Políticas? Quais as conseqüências políticas de sua análise de discursos? É possível alguma neutralidade normativa, algo como uma abordagem meramente descritiva do mundo da política? Quando pensamos em conceitos carregados de elevado “peso” político e largamente disputados – tais como “Democracia” e “Terrorismo” atualmente – estaríamos diante de casos cruciais para se entender os potenciais “ecos” ou “reflexos” do fazer teórico sobre ambiente não-acadêmico?

JOÃO FERES JÚNIOR: Acredito que neutralidade normativa é uma coisa impossível. Contudo, quando escrevemos informamos a qualquer leitor, àqueles que concordam conosco, assim como àqueles que não o fazem. Ou seja, o alcance de nosso texto vai muito além de nossas intenções normativas.

REVISTA HABITUS: Você também desenvolve pesquisas no campo das políticas de Ação Afirmativa e, recentemente, lançou um livro sobre o tema. Ao menos à primeira vista, a questão da noção de *latin america* nos EUA e as Ações Afirmativas são tópicos bastante distintos. Como é feita a conexão entre estes dois temas em seus trabalhos? O que une *latins* nos EUA e negros no Brasil?

JOÃO FERES JÚNIOR: Em meu trabalho não há uma conexão clara entre esses dois temas, com exceção de um artigo que publiquei na Revista Brasileira de Ciência Sociais mostrando que a maneira o perfil socioeconômico da desigualdade racial no Brasil se assemelha mais ao que chamo de oposição assimétrica racial do que do *continuum* de cores que estamos acostumados a aceitar. Na oposição assimétrica racial o branco define todos aqueles que percebem como não-brancos pelo oposto de suas características positivas. Mostrei no livro que a semântica do conceito de *Latin America* é prenhe de referências desse tipo. Acontece que, no Brasil, o perfil socioeconômico dos pardos é muito similar ao dos negros, e ambos são muito inferiores ao dos brancos. Isso me parece um indício de que há mecanismos de discriminação que não operem exatamente de acordo com o *continuum*, mas sim como um filtro, separando os brancos de um lado e todos aqueles que não o são de outro. Esse argumento, obviamente, necessita ser sofisticado, levando em consideração algumas características dos dados demográficos que não há lugar para comentar aqui.

REVISTA HABITUS: Ainda no que se refere aos estudos sobre Ação Afirmativa, seguem algumas provocações. Você menciona os nomes de Charles Taylor e Axel Honneth e sua Teoria do Reconhecimento como seus principais referenciais teóricos. Como estes autores informam sua análise das Ações Afirmativas? Em que medida esta discriminação positiva é realmente positiva? Ela poderia servir para reforçar e institucionalizar mecanismos de exclusão? Seria o caso do reconhecimento de identidades *paralelas*, que nunca se tocam, embora convivam, no sentido tradicional da tolerância cristã, onde se admite e tolera a existência do “Outro”, sem que haja movimentos de recepção da diferença? Não seria este o caso de um

não-reconhecimento? Não estaríamos abdicando de um *potencial* engajamento com a alteridade nos termos da “hospitalidade” tal como defendia Derrida, onde o “Eu” recebe o “Outro” com uma postura de negociação de identidades reconhecidas como essencialmente fluidas e não como inexoravelmente imutáveis e consequentemente apartadas?

JOÃO FERES JÚNIOR: Para ser sincero, não tenho nenhum principal referencial teórico, e com a exceção de um trabalho apresentado na ANPOCS de 2006, nunca tratei a questão afirmativa do ponto de vista da teoria do reconhecimento. Isso porque penso essa política de maneira também pragmática – o pragmatismo é o método melhor e mais progressista de se pensar políticas públicas. Então não se trata de reconhecer identidades negras, mas sim da questão prática de colocar não brancos na universidade pública, nos cursos mais concorridos, lugar onde eles nunca estiveram. E nunca estiveram não porque são racialmente inferiores, mas porque foram de alguma maneira discriminados durante sua história de vida e de sua família. Então não se trata do problema de acharmos a resposta sociológica ou filosófica perfeita, precisa, que explique a discriminação ou proponha formas de identidade corretas, pois estas provavelmente nunca virão. Enquanto isso as pessoas continuam fora da universidade, que é o canal mais certo de ascensão social em nosso país. Então a pergunta que faço é porque algumas pessoas estão tão preocupadas com a inclusão dessas outras pessoas na universidade? Porque o recurso aos argumentos “sutis” para, no fim, negar a inclusão dessas pessoas? Ora, colocar os excluídos na universidade não é institucionalizar mecanismos de exclusão, mas sim seu contrário. Ademais, os dados históricos da sociedade brasileira mostram que o “engajamento com a alteridade nos termos da hospitalidade” de fato não existiu, ou pelo menos não existiu em um grau suficiente que desse aos não-brancos chances de vida similar às dos brancos.

REVISTA HABITUS: Há uma agenda genuinamente brasileira em termos de produção intelectual em Ciência Política? A exposição das histórias dos conceitos e a demonstração de como eles são replicados acriticamente por nós pode ser uma ferramenta para pensar esse projeto autônomo? Qual é a relevância do fato de sermos uma ex-colônia européia e tradicional área de influência (ou “quintal”) dos EUA sobre estas dinâmicas? É possível pensar uma teoria política e internacional na periferia? Como seria ela?

JOÃO FERES JÚNIOR: Esse conjunto de perguntas é muito longo e complexo, não sei se terei fôlego para responder a todas satisfatoriamente aqui. Vamos começar pelas do final. É claro que é possível fazer teoria na periferia, a teoria da dependência é um exemplo importante. Mas não é fácil fazer teoria na periferia; é só notarmos quão pífia é a produção teórica da periferia. Mesmo as tendências mais recentes, como os estudos subalternos, pós-coloniais e de-coloniais, que reclamam exatamente esse *status* de produção de teoria da perspectiva da periferia, são capitaneados por intelectuais nascidos na periferia, mas, muitas vezes, estabelecidos profissionalmente nos centros do norte anglófono. Além da diferença muito grande de escala das instituições e produções acadêmicas do norte e do sul, há uma hierarquia de circulação de informação, segundo a qual as coisas que vêm do norte circulam muito mais e melhor pelo mundo em geral do que as do sul. Há também o problema da língua, pois, uma vez que o inglês é a única língua franca, aqueles que sabem escrever bem nessa língua têm muitas vantagens competitivas. E eu digo de experiência própria, de quem edita uma revista internacional em inglês que recebe artigos de gente de todo o planeta. Tem muita gente que acha que sabe inglês, que até fala razoavelmente, mas não sabe escrever. Os nativos da língua têm realmente uma vantagem imensa nesse mercado internacionalizado. Quanto à história dos conceitos, ela não se presta muito a mostrar, a não ser de maneira contingente, que conceitos são usados “replicados acriticamente”, pois na maioria das vezes os conceitos são adaptados para as necessidades locais pelos atores, e isso não tem nada de acrítico. Ou seja, os conceitos raramente estão “fora do lugar”, como a pergunta sugere, cabe a história dos conceitos achar seu lugar dentro de um determinada progressão diacrônica. Por fim, acho que se tomarmos a história dos conceitos da maneira como ela foi proposta por Koselleck, e é praticada por muitos historiadores mundo afora, não iremos muito longe no desvelamento e crítica de nossa condição colonial. Para essa tarefa precisamos nos libertar da gaiola de ferro do sistema koselleckiano, e de qualquer outro que possa nos prender, e experimentar nossas próprias idéias, é claro, nos apropriando aqui e ali das boas idéias de autores como Koselleck, por exemplo, entre tantos outros, mas de maneira regional, limitada, controlada.

REVISTA HABITUS: Você já escreveu sobre as falhas da Ciência política nos EUA e como o Brasil replica, muitas vezes acriticamente, a divisão entre teoria política normativa e estudos empíricos supostamente mais “realistas”. Como se deu este

processo e que vias poderíamos recorrer para evitar esta recorrência em erros alheios?

JOÃO FERES JÚNIOR: Acho que as questões mostram repetidamente uma preocupação com a emulação do exemplo americano. Há muitas coisas boas que aprendemos ou podemos aprender estudando, ou mesmo copiando, os EUA. Mas precisamos ser inteligentes o suficiente para saber que mesmo se tentarmos replicar algo, uma instituição, uma lei, uma política pública, o próprio transplante para o contexto brasileiro vai fazer essa instituição, lei ou política pública funcionar e ter resultados totalmente diversos dos de lá. É claro que aquela posição basbaque em relação às coisas americanas é odiosa, e geralmente praticada por aqueles que desprezam o povo brasileiro e se acham capazes de viver como americanos ainda que continuem se movendo entre os selvagens do sul. Mas tão ruim e tacanha quanto ela é a postura daquele que está constantemente preocupado em identificar e exaltar o genuinamente brasileiro, nacional, como se um país gigante e extremamente diverso de 200 milhões habitantes pudesse ser representado por um determinado espírito, caráter ou conjunto de valores.

REVISTA HABITUS: **Você é editor da revista *Contributions to the History of Concepts*, um das poucas iniciativas editoriais em que o Brasil é sede de articulação de um debate internacional. De onde surgiu a idéia? Como foi o processo de criação e consolidação da revista e quais são as atuais estratégias para manter sua qualidade e regularidade? Quais dificuldades você encontrou inicialmente e o que pode ser feito para evitá-las ou superá-las? Como é o trabalho de edição de uma revista internacional? Esta foi sua primeira experiência enquanto editor?**

JOÃO FERES JÚNIOR: Como dizia, sou membro do *History of Political and Social Concepts Group*, que foi criado em 1998, desde o ano 2000. O grupo tinha uma *newsletter* que já publicava pequenos artigos. Então, na reunião anual do grupo de 2004, durante o congresso internacional de história dos conceitos que organizei aqui no Rio, discutimos a criação de uma revista e eu me propus a ser editor. Foi crucial o apoio logístico e financeiro do IUPERJ na empreitada, desde o começo. Fomos uma produção independente por dois anos, e em 2006 passamos para a Brill, uma editora holandesa de livros e periódicos acadêmicos em inglês com distribuição mundial. Todo o trabalho editorial ficou em minhas mãos enquanto eles tomam contas da diagramação, impressão, distribuição e vendas.

REVISTA HABITUS: **Passando agora para uma comparação entre diferentes métodos de análise de discurso e, conseqüentemente, para um breve debate sobre metateoria, perguntamos: como os métodos da *Begriffsgeschichte* alemã se diferenciam a da estratégia da Genealogia francesa e da História das Idéias anglo-americana? Se fossemos traçar um *continuum* com empiricistas, de um lado, e pós-modernos do outro, onde situaríamos as idéias de Koselleck, Foucault/Derrida e Skinner/Pocock? Quais são as diferenças mais significativas e as aproximações mais relevantes entre estas três correntes?**

JOÃO FERES JÚNIOR: Todas essas três abordagens podem ser entendidas como uma revisão historicista que surgiu em oposição, em cada contexto nacional, Alemanha, França e mundo anglo-falante, a concepções idealistas ou instrumentalistas da história intelectual. É claro que há diferenças enormes, mas elas variam de acordo com o tema. Em relação ao sujeito, por exemplo, temos os ingleses interessados na intenção do autor, em um extremo e os franceses detonando qualquer possibilidade de controle racional da intenção autoral de outro. Koselleck ficaria no meio aqui, tentando ligar agência e estrutura. Mas há a posição no tocante ao lugar da linguagem. Aqui os franceses se unem aos ingleses na virada lingüística, enquanto Koselleck se nega explicitamente a reduzir toda a experiência humana à linguagem.

REVISTA HABITUS: **Koselleck opera uma diferenciação entre conceitos e palavras, mas não seria esta uma divisão demasiadamente sutil e, assim sendo, questionável em termos de utilidade heurística? Quais são os critérios utilizados para esta distinção? Koselleck diz, por exemplo, que os conceitos são polissêmicos, embora não necessariamente ambíguos, mas não ilustra com qualquer exemplo esta questão. Você poderia citar algum caso desta sorte de conceito? Esta diferenciação entre polissemia e ambigüidade poderia ser um mero problema de tradução ou algo mais substancial? Os conceitos polissêmicos, considerando sua inerente complexidade, tendem a ser motivo de polêmica? Poderíamos falar em conceitos *pol(iss)êmicos*?**

JOÃO FERES JÚNIOR: Gostei do jogo de palavras. A *Begriffsgechichte* de Koselleck está interessada em conceitos-chave, *Grundbegriffe*, aqueles centrais aos discursos políticos e sociais, e não em qualquer palavra. Muitas palavras têm significados razoavelmente consensuais e inequívocos. Não é o caso daquelas que se tornam conceitos-chave, pois viram verdadeiros depósitos de muitos significados, alguns inclusive contraditórios. Voltando à brincadeira, Koselleck somente está interessado na polissemia que é polêmica. Na sua concepção schmittiana, política é conflito, e quando um conceito torna-se político, ele se converte em instrumento de luta nesse conflito, e é investido por diferentes atores sociais de significados que servem aos seus interesses, projetos de vida e visões de mundo. A polissemia é a consequência no plano da semântica do processo político conflituoso.

REVISTA HABITUS: Comumente, a História dos Conceitos se dedica ao estudo de termos que se fazem presentes em longos períodos temporais; tempos este muitas vezes contado em séculos. Poderíamos pensar em uma mutação conceitual significativa a ponto de viabilizar uma História do Conceito em menos de uma geração? Eventos traumáticos como o desmantelamento da URSS ou os atentados 11 de Setembro serviriam como divisores de águas? Ainda seguindo o último exemplo: seria viável uma História do Conceito de “Terrorismo Internacional” entre 1993 – quando do primeiro atentado ao *World Trade Center* – e 2008 – com o fim dos dois governos de George W. Bush?

JOÃO FERES JÚNIOR: A narrativa histórica de séculos é, na maioria dos trabalhos de história conceitual, apenas um intróito para a parte que interessa aos seguidores de Koselleck: a rápida mudança semântica do conceito em questão que ocorre com a intensificação dos processos políticos e sociais da modernidade. Estudar os conceitos durante o *Sattelzeit*. Isso é quase uma obsessão para essa gente. Eu tenho postura diversa, contudo. Como mostro em meu trabalho sobre *Latin America*, noções prontas como *Sattelzeit* ou modernidade somente atrapalham a análise. Esses metaconceitos já vêm com uma narrativa histórica, sociológica e mesmo geográfica embutida, o que faz com que as pessoas que os adotam acabem por simplesmente encaixar os dados empíricos na narrativa, ou tentar mostrar que naquele caso é um pouco aberrante, mas ainda guardando esses referências. Concordo que devemos fazer histórias de conceitos mais atuais em períodos mais curtos, pois esses conceitos nos interessam mais do que antiguidades empoeiradas. Por fim, acho deplorável a falta, em nossa produção acadêmica, de análises conceituais que toquem temas atuais, usando como fonte a mídia e os discursos políticos. O que aconteceu com a análise dos discursos? Porque só fazem isso em cursos de comunicação? Porque os cientistas sociais não estão preocupados com a produção conceitual do presente? Isso é realmente espantoso, e triste.

REVISTA HABITUS: Já poderíamos dizer que há um programa de pesquisa consolidado em História dos Conceitos no Brasil? Além de você e do Prof. Marcelo Gantus Jasmin, há outros pesquisadores dedicados ao tema? Além do IUPERJ, há outros centros de pós-graduação que se dediquem de forma sistemática à temática? Qual é a posição do Brasil em relação à produção do mundo? Somos lideranças de alguma forma, mesmo que regionalmente? Quais são os principais centros de produção no mundo? Poderíamos destacar a Alemanha, a Inglaterra e Finlândia?

JOÃO FERES JÚNIOR: Há um número crescente de gente interessada em história dos conceitos no mundo, e o *History of Political and Social Concepts Group*, e particularmente a figura de Mel Richter, é em grande responsável por isso. No Brasil o interesse também está crescendo. Além do nosso grupo no IUPERJ, que congrega colegas da PUC, UFF e UERJ, tem um grupo em Santa Catarina. Sou também coordenador no Brasil do projeto Iberconcepts, que reuniu em sua primeira fase grupos de pesquisadores de nove países trabalhando com uma lista de dez conceitos políticos no período de 1750 a 1850. Estamos começando a segunda fase, com mais dez conceitos no mesmo período. Só que agora são treze países. A coordenação geral fica por conta de Javier Sebastián Fernandez, que organizou o *Diccionario político y social del siglo XIX español*, e é um dos historiadores conceituais mais ativos e produtivos do mundo no momento. A Finlândia é um outro centro difusor, em grande parte devido ao trabalho de Kari Palonen. Mas por favor, esqueçam a Inglaterra. Não há história conceitual lá. Skinner e seus seguidores fazem questão de rejeitar o rótulo.

REVISTA HABITUS: Há algum projeto de se fazer um Dicionário dos Conceitos Políticos no Brasil? Quais critérios informaram a seleção dos verbetes do *Geschichtliche Grundbegriffe*? Estes informariam também o compendio brasileiro? Você poderia

citar alguns conceitos que inseria em nosso caso? Outros conceitos não-óbvios também poderiam ser inseridos no projeto? O conceito de Confiança, sobre o qual você já escreveu um artigo, por exemplo, poderia ser incluído?

JOÃO FERES JÚNIOR: Ainda não há projeto algum do qual eu tenha conhecimento. Talvez a maneira mais sábia e produtiva de proceder seja através de monografias sobre conceitos específicos, como fiz em meu livro. O trabalho fica mais interessante e pode ser feito individualmente sem precisar de um grupo de pesquisadores e de financiamento monstruosos, como foi o caso do *Geschichtliche Grundbegriffe*. Como já escrevi em um artigo sobre um possível projeto de história conceitual do Brasil, acho que essa posição de estudar somente conceitos-chave muito restritiva e conservadora. Há muitos conceitos que conformam o social e que não se tornam objeto de disputa pública, pelo contrário, são subsumidos na ordem normal das coisas. Por isso mesmo esse conceitos são muitas vezes mais efetivos do que conceitos-chave na produção do social. Penso nas histórias de conceitos como negro, preto, mulato, favela, periferia, sertão, entre tantos outros.

REVISTA HABITUS: **Quais obras você indicaria como bibliografia básica para alguém que leu esta entrevista e se interessou pelo tema? Parte desta literatura já estaria disponível em língua portuguesa? Recentemente, Editora da PUC-Rio lançou a tradução de “Futuro Passado” de Koselleck. Há planos de traduzir mais obras-chave tanto da *Begriffsgeschichte*, quando da Escola de Cambridge para o português? Considerando o foco restrito à Alemanha, você vislumbra alguma possibilidade de o *Geschichtliche Grundbegriffe* ser traduzido para o português?**

JOÃO FERES JÚNIOR: O GG provavelmente não vai ser traduzido na forma integral para qualquer língua. Fica muito caro e o mercado é muito restrito. Há dois livros organizados por mim e pelo Marcelo sobre o tema. O primeiro é uma boa introdução com algumas entrevistas contanto um pouco dos desenvolvimentos mais recentes no campo. O segundo, fruto da conferência que organizei, dá um bom panorama da produção atual da disciplina. Quanto a planos para a tradução de outros livros, não saberia dizer. Acho que, além de Futuro Passado, o livro fundamental para entender esse tema é *The history of political and social concepts: a critical introduction*, de Melvin Richter. Vou dizer uma coisa quanto a essa questão de tradução de livros sem intenção alguma de ser pernóstico. Livros traduzidos para o português funcionam muito bem na graduação. Contudo, quando chegamos à pós, ao estudo mais especializado, não podemos nos fiar nesse tipo de fonte. Há muito pouca coisa traduzida e a qualidade do que está aí é desigual, para ser generoso. Infelizmente, a única opção é aprender inglês. A língua é fácil (claro, na medida em que uma língua de uma sociedade complexa contemporânea pode ser fácil), está em todos os lugares e tem mil e uma utilidades. Faça isso o quanto antes. Já estudei muitas línguas e nunca me arrependi do tempo em que gastei e ainda gasto tentando aprendê-las.

Queria, por fim, agradecer à Revista Habitus e ao entrevistador pelo alto nível das perguntas e pela oportunidade de passar essas experiências para o público estudantil.

Entrevista realizada por: Arthur Bernardes do Amaral

PRINCIPAIS TEXTOS DE JOÃO FERES JR.

FERES JÚNIOR, J. A **história do conceito de *Latin America* nos Estados Unidos**. Bauru, São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2005. 317 p.

FERES JÚNIOR, João, and Marcelo Gantus Jasmin, eds. 2006. **História dos conceitos: encontros transatlânticos**. Rio de Janeiro: Editora da Pontifícia Universidade Católica.

JASMIN, Marcelo Gantus, and João Feres Júnior, eds. 2006. **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Loyola, Editora PUC-Rio.

FERES JÚNIOR, João. 2005. De Cambridge para o Mundo, Historicamente: Revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. **Dados** 48 (3):655-680.

FERES JÚNIOR, João. 2005. For a Critical Conceptual History of Brazil: Receiving Begriffsgeschichte. **Contributions to the History of Concepts** 1 (2):185-199.

FERES JÚNIOR, João. 2006. Building a typology of forms of misrecognition: beyond the republican-Hegelian paradigm. **Contemporary Political Theory** 5 (3):259-277.

FERES JÚNIOR, J. Aspectos semânticos da discriminação racial no Brasil: para além da teoria da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 57, 2006.

FERES JÚNIOR, J. (Org.); ZONINSEIN, Jonas (Org.). **Ação afirmativa e universidade: projetos nacionais em perspectiva comparada**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

FERES JÚNIOR, João, Marina Pombo de Oliveira, and Verônica Toste Daflon. 2007. **Guia bibliográfico multidisciplinar: ação afirmativa: Brasil, EUA, África do Sul, Índia**. Rio de Janeiro: DP&A.